

## O processo de produção de *O Capital* e a teoria política de Karl Marx

Filipe Leite Pinheiro<sup>1</sup>

**Resumo:** O artigo pretende demonstrar como, com a elaboração de um estatuto ontológico adequado à compreensão das especificidades da sociedade capitalista em sua teoria do valor, Marx altera sua compreensão do Estado e da política, bem como do seu papel na superação da sociabilidade capitalista. Para isso, resgata-se a trajetória intelectual de Marx, dando destaque para os anos 1850, quando sua crítica da economia política adquire maior grau de complexidade. Destacam-se dois pontos principais neste percurso: o aprimoramento da compreensão lógico-histórica da formação das categorias sociais e a percepção da influência central do estranhamento e das formas de dominação abstratas sobre a reprodução das sociedades dominadas pelo capital. A partir destes resultados o autor repensa sua compreensão do Estado e da política, superando as formulações sobre o tema presente em textos anteriores a sua teoria do valor, o mais emblemático deles *O Manifesto Comunista* (1998). Para demonstrar isto o artigo examina os principais textos políticos produzidos antes e depois da sua teoria do valor, estabelecendo uma comparação da perspectiva do autor sobre o tema. Com isso, ganham destaque textos como *A Guerra Civil na França* (2011) e *Crítica do Programa de Gotha* (2012), nos quais ganha destaque a influência dos dois aspectos destacados contribuindo para a compreensão de Marx das categorias em questão.

**Palavras Chave:** Karl Marx, teoria marxista do Estado, crítica da economia política, jovem Marx, Marx maduro.

**Abstract:** The article intends to demonstrate how, with the elaboration of an ontological status appropriate to the understanding of the specificities of capitalist society in its theory of value, Marx changes his understanding of the state and politics, as well as his role in overcoming capitalist sociability. For this, the intellectual trajectory of Marx is rescued, highlighting the 1850s, when his critique of political economy acquires a greater degree of complexity. Two main points stand out in this course: the improvement of the logical-historical understanding of the formation of social categories and the perception of the central influence of estrangement and abstract forms of domination over the reproduction of capital-dominated societies. From these results the author rethinks his understanding of the state and politics, overcoming the formulations on the theme present in texts prior to his theory of value, the most emblematic of them *The Communist Manifesto* (1998). In order to demonstrate this the article examines the main political texts produced before and after his theory of value, establishing a comparison of the perspective of the author on the subject. With this in mind, texts such as *The Civil War in France* (2011) and *Critique of the Gotha Program* (2012) stand out, in which the influence of the two highlighted aspects is highlighted, contributing to Marx's understanding of the categories in question.

**Keywords:** Karl Marx, Marxist theory of the state, criticism of political economy, young Marx, mature Marx.

---

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (FE/UFF). Pesquisador do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx/UFF) e do Laboratório de Estudos Marxistas (LEMA/UFRJ-UFRRJ). O presente artigo foi desenvolvido no âmbito da disciplina Tópicos Avanços em Economia Política: superação do capital, ministrada pelo professor Paulo Henrique Furtado da Araujo no âmbito do PPGE-UFF. E-mail: leitepn@gmail.com.

## Introdução

Partindo da crítica da religião, passando pela crítica da política e indo de encontro à crítica da economia política, a evolução teórica do jovem Marx é um assunto exaustivamente discutido na tradição marxista. Gerações de intelectuais e dirigentes políticos se debruçaram sobre a produção teórica da juventude do autor, explorando, sobretudo, a relação entre Marx, Hegel, e Feuerbach. Lenin ([1914] 2011, p. 157, et seq.), indubitavelmente o mais afamado entre eles, afirma aforisticamente em seus *Cadernos sobre a Dialética* que “não se pode compreender *O Capital* de Marx, e particularmente seu primeiro capítulo, sem ter estudado e compreendido toda a *Lógica de Hegel*”.

Para além da relação com suas primeiras influências intelectuais, a relação entre o Jovem Marx e o Marx maduro, por sua vez, suscitou outras tantas divergências entre os estudiosos de sua obra, algumas bastante radicais. Althusser ([1965] 2015, pp. 22-25), por exemplo, tomando de empréstimo os conceitos de cesura epistemológica, de Bachelar, e de problemática, de Martin, considera a existência de uma “cesura epistemológica”, em outros termos, de uma ruptura, entre o jovem Marx, caracterizado por uma problemática ideológica, e o Marx maduro, que se move em uma problemática científica positiva. Já Lukács ([1968] 2012, pp. 290-91, et seq.) afirma que “[...] Marx não se tornou ‘menos filosófico’, mas, ao contrário, aprofundou notavelmente, em todos os campos, suas visões filosóficas”. A filosofia do jovem Marx é o que estabelece um estatuto ontológico adequado à compreensão do ser social que, em sua maturidade, e servirá de fundamento para a intelexção das idiossincrasias da sociabilidade capitalista.

Mesmo que tenha sofrido modificações, este estatuto ontológico é o que garante uma unidade indissolúvel no pensamento de Marx, perpassando todo o desenvolvimento da sua reflexão, e em todos os campos em que ela se põe. Entretanto, diferenças ao longo deste processo evidentemente existem, e as discontinuidades adquirem maiores contornos ao longo dos anos 1850, com o aprofundamento de sua crítica da economia política. Diante dos muitos interesses de Marx, esta crítica, ou sua *Economia*, seria o tema de sua vida, já que, desde seu primeiro anúncio nos *Manuscritos Econômicos Filosóficos*, redigidos em 1844, até sua plena elaboração, com a publicação do livro I de *O Capital* ([1867] 1988), em 1867, passam-se cerca de vinte e três anos de trabalho.

No *Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política* ([1859] 2008) Marx oferece um balanço de sua produção até o final da década de 1850, reconstituindo sua

trajetória desde as colaborações na *Gazeta Renana*, quando travou o primeiro contato com as questões atinentes aos interesses materiais tratando da miséria dos viticultores do vale do Mosela e das leis sobre o “roubo” de lenha, até a redação do *Manifesto Comunista* ([1848] 1998) e a eclosão do processo revolucionário de 1848. Ao final deste texto, o autor aponta para outra ruptura em seu pensamento relacionada com seus estudos sobre economia política, algo que ocorreria logo após sua chegada a Londres:

A prodigiosa quantidade de materiais para a história da economia política acumulada no *British Museum*, a situação favorável que oferece Londres para a observação da sociedade burguesa e, por fim, o novo estágio do desenvolvimento que esta parecia entrar com a descoberta do ouro na Califórnia e na Austrália decidiram-me a começar tudo de novo e a submeter a exame crítico os novos materiais. (MARX, [1859] 2008, pp. 49-50)

Tais “novos materiais”, que fizeram Marx decidir por “começar tudo de novo”, ou seja, a retomar o projeto anunciado em 1844, foram decisivos para a superação da teoria do valor de Ricardo, empregada criticamente por Marx até então, levando-o à construção de uma teoria do valor em termos propriamente marxianos. Esta não deve ser considerada estritamente uma teoria do valor, no sentido de que não objetiva meramente a determinação dos preços relativos, visão que esvazia muito do seu significado, mas antes, como uma proposta mais ampla de elaboração de uma cientificidade alternativa, voltada à compreensão da sociabilidade capitalista. (LUKÁCS, [1968] 2012, pp. 291-292).

O amadurecimento da crítica da economia política, através da dedução lógico-histórica das categorias da sociabilidade capitalista, como a mercadoria, dinheiro e capital, apresenta dois resultados centrais: i) o papel central do estranhamento e das formas de dominação abstratas para sua reprodução; ii) o caráter lógico-histórico da gênese das categorias que expressam determinações da sociabilidade capitalista (ARAÚJO, 2015, p. 50; HEINRICH, 2007, p.4).

Nesse sentido, qualquer teoria social que pretenda explicar um fenômeno qualquer nos marcos da sociabilidade capitalista, possui, explicitamente ou implicitamente, quer saiba, quer não, uma teoria do valor. No caso da teoria política marxista, que na maioria das vezes procura fundamentação nos textos políticos de Marx, perder de vista a conexão da obra política de Marx com sua crítica da economia é sempre uma atitude arriscada.

O objetivo central do presente artigo é demonstrar que a partir dos principais resultados da crítica da economia política, Marx aprofundou seus conhecimentos sobre

o Estado e a política, sobretudo no que diz respeito à compreensão do papel específico desempenhado por estas categorias para a reprodução das sociedades capitalistas. Destaca-se assim a imbricação existente entre a teoria política de Marx e a crítica da economia política, e o caráter indissociável destas temáticas para uma compreensão adequada da teoria política marxiana.

Deste modo, me posiciono contra interpretações que isolam o corpo de textos político marxiano do restante de seu *opus*, e que, no mais das vezes, em decorrência desse tipo de entendimento da questão, produzem uma teoria do Estado que se limita a mera sociologia política marxista (LUKÁCS, 2011, p. 84-85; HEINRICH, 2007, p.4). Como alternativa à interpretação da obra de Marx subjacente à esta interpretação, proponho uma compreensão da teoria política do autor que compreenda a relação íntima que se estabelece entre esta e a crítica da economia política ao longo de sua obra.

Sem negar qualquer tipo de legalidade específica da vida estatal e política, é preciso notar que Marx não sistematizou sequer uma teoria econômica no sentido positivo do termo, seria espantoso que ele tivesse este tipo de preocupação em relação ao complexo em questão. O ponto de partida de sua teoria do Estado e da política e a compreensão destes enquanto fenômenos próprios da sociabilidade capitalista, determinações fundamentais para a reprodução social nas sociedades regidas pela dinâmica do capital. Para compreendê-las, portanto, é preciso recorrer à crítica da economia política como ponto de partida para compreender o conteúdo capitalista destas formas sociais.

Para compreender este processo, o presente artigo divide-se em cinco seções contando com esta introdução. Na segunda seção é apresentado um panorama da crítica da política formulada por Marx em seus anos de juventude, ainda antes de atingir a formulação madura de sua teoria do valor, período que engloba de seus primeiros textos propriamente marxianos, redigidos em 1844, até a publicação de *O Manifesto Comunista* na onda revolucionária de 1848. Destacam-se aqui as primeiras aproximações à economia política, através da crítica à filosofia hegeliana do direito, a formalização de sua perspectiva teórico-metodológica em *A Ideologia Alemã*, e a teoria política presente no *Manifesto*. Na terceira seção apresentam-se os fundamentos gerais da crítica marxiana da economia política e os principais reflexos desta para a teoria política de Marx. A quarta seção demonstra-se como Marx em seus textos políticos da maturidade, como *A Guerra Civil na França* e *Crítica do Programa de Gottha*, redigidos já na década de 1870, compreende o conteúdo do Estado capitalista a partir da

crítica da economia política empreendida nos anos anteriores. Por último, a conclusão estabelece uma breve comparação entre a teoria política antes e depois da elaboração da crítica da economia política.

### **A crítica do Estado e da política nos anos de juventude**

O trajeto percorrido por Marx até a crítica da economia política passa pela crítica da política. Longe de esgotar a discussão em torno deste rico período da trajetória intelectual de Marx, que marca a adoção do materialismo histórico e do comunismo, em detrimento das posições idealistas e democrático-radicais dos primeiros anos da sua juventude. Enfocam-se aqui apenas os traços fundamentais de sua evolução nestes anos.

A superação da teoria política de Hegel através da elaboração de um estatuto ontológico materialista é o grande feito de Marx nestes anos. Mesmo assim, o autor ainda não atingiu nestes anos a formulação de um estatuto metodológico apropriado ao tratamento das especificidades da sociabilidade capitalista, o que somente ocorreria após o aprofundamento da sua crítica da economia política. Esta certamente é a maior debilidade das análises do autor ao longo dos anos 1840, e pode ser notada inclusive em seus textos econômicos da época, como será exposto adiante.

O ponto de partida da configuração de um pensamento original de Marx são os textos produzidos por em Kreuznach e em Paris, como *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* ([1843] 2014), *Sobre a Questão Judaica* ([1844] 2015) e *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel – Introdução* ([1844] 2014), em contraposição aos seus escritos pré-marxianos (ARAUJO, 2015, p. 38).

Nos anos que precedem a tais textos Marx atuou primeiro como colunista, e depois como redator chefe, da *Gazeta Renana*, jornal da pequena-burguesia radical renana (RIAZANOV, [1923] 2012, p. 35). Como lembra no Prefácio de 1859, seria aí que o autor teria o primeiro contato com as questões ligadas aos interesses materiais. A revolução social ainda não aparece em seu pensamento como a solução para tais problemas, que são resolvidos nos marcos da inclusão dos pauperizados no Estado. Nota-se, que nestes termos, Marx segue essencialmente o pensamento hegeliano ao estabelecer a prioridade ontológica do Estado com a sociedade civil.

Com o fechamento da *Gazeta Renana* devido à perseguição política por parte da monarquia constitucional de Frederico Guilherme IV, Marx se retira da cena pública e retorna ao gabinete de estudos, com o intuito de acertar as contas com seu passado

hegeliano. Ao longo de sua estadia na Suíça, Marx realizaria uma minuciosa análise crítica dos *Princípios de Filosofia do Direito* de Hegel, concentrando-se em sua terceira seção, destinada à teoria do Estado (ENDERLE, 2013, p. 23).

O procedimento crítico de Marx diferia do empregado por seus pares da esquerda hegeliana. Enquanto estes pretendiam criticar as contradições lógicas para demonstrar o quão absurdas e exotéricas eram, Marx procurava, partindo do reconhecimento da sua existência, explicar a sua existência a partir de seus fundamentos ontológicos, ou seja, do próprio ser-em-si. Para isso, era preciso se interrogar sobre a gênese e a necessidade das contradições existentes, fossem “elas contradições do Estado prussiano, do Estado moderno, ou da filosofia hegeliana do direito” (ENDERLE, 2013, p. 24).

Perseguindo este fundamento ontológico Marx atinge três resultados: i) o abandono da postura especulativa; ii) o reconhecimento da objetividade posta por todo ser; iii) a concepção da sociabilidade humana como base da inteligibilidade (ARAÚJO, 2015, p. 38). Em um movimento aparentemente metodológico, mas com forte fundamento ontológico, Marx inverte a relação prioridade entre o Estado e a sociedade civil, presente no pensamento hegeliano. Reconhecendo a objetividade da sociedade civil como base da comunidade real, Marx supera as posturas especulativas em relação ao Estado, compreendendo-o como desdobramento da sociedade civil. Do mesmo modo, Marx rejeita a autonomização da lógica, presente em Hegel, compreendendo-a como algo circunscrito pela própria coisa em si.

Como consequência desta inversão entre sociedade civil, ou o Estado real, e o Estado, uma comunidade imaginária, Marx percebe a alienação política do ser humano no Estado. Isto porque, para fazer parte do Estado enquanto comunidade política é preciso que o indivíduo abstraia de suas condições materiais imediatas. Deste modo, a igualdade no seio do Estado jamais é uma igualdade concreta, mas sempre uma igualdade figurada, posta no plano ideal, e não no plano concreto, ou seja, no plano real. Este resultado aponta para a economia, enquanto produção e reprodução da vida material dos homens, como fundamento de todo o edifício social.

Em *Sobre a questão judaica* ([1844] 2015), Marx realiza uma crítica ao artigo de Bruno Bauer sobre a questão judaica na Prússia. Em sua solução Bauer propunha que os judeus abrissem mão de sua condição concreta de judeus para gozar de uma ampla condição de cidadania no seio do Estado. Já Marx, coloca a solução em outros termos. Para o autor, a alienação política na sociedade burguesa todo homem tem sua existência

cindida entre cidadão e burguês. Enquanto no plano político a cidadania proclama a igualdade entre os homens no seio da comunidade, a vida material é tratada como uma questão privada, na qual imperar a desigualdade. Por isto, o mero aperfeiçoamento da cidadania não poderia oferecer uma solução para a questão judaica.

Através deste raciocínio, Marx estabelece uma distinção fundamental em seu pensamento, aquela entre revolução política e revolução radical. Enquanto a primeira ficaria restrita ao aperfeiçoamento do Estado no sentido de torna-lo mais inclusivo, normalmente em relação a uma classe ou estamento social, na segunda, indo diretamente a raiz do homem, o Estado equivale a própria comunidade real. Além disso, Marx nota que muito mais produtivo do que lutar contra o sentimento religioso e em favor do aperfeiçoamento da cidadania, seria lutar contra a miséria material que suscita o surgimento deste sentimento religioso.

Em *Crítica da filosofia do Direito de Hegel - Introdução* ([1844] 2014), munido da prática política que obteve como articulista, e de um balanço crítico da sua formação filosófica, Marx retoma a análise da situação alemã. O autor nota que a questão central da modernidade é a relação entre a indústria e o mundo da riqueza, e o mundo político. Para Marx a burguesia alemã tomou partido em todas as contrarrevoluções europeias sem tomar partido em sua revolução política.

Identificando na fraqueza das bases materiais da burguesia alemã a impossibilidade de realizar uma revolução política compatível com o padrão de outras nações modernas, Marx coloca a revolução radical como única forma de emancipar a Alemanha. Sem negar a importância da revolução política no processo de emancipação humana, Marx entende que é necessária dar um passo à frente, indo à raiz do problema, ou seja, à emancipação humana.

Ao se indagar sobre qual seria o estamento ou classe social que poderia, materialmente, se o portador de vontade geral abrangente o suficiente para conduzir à revolução social, Marx acaba apostando no proletariado. Com isto, esta completa ruptura de Marx com a positividade da política e com o democratismo radical, para passar então ao comunismo e a luta de classes. Poucos meses depois a aposta de Marx se confirmaria com a greve dos operários da Silésia.

A descoberta de que os fundamentos materiais do Estado se encontravam na sociedade civil levou Marx novamente ao interesse pela economia política clássica, que já havia o assolado anteriormente em seu período como redator da *Gazeta Renana*. Nos *Manuscritos econômico-filosóficos* de 1844, Marx tentaria pela primeira vez uma

aproximação mais sistemática com as discussões da economia política, na qual já comparecem importantes elementos de sua formulação madura, como a temática do fetichismo. Contudo, nestes anos Marx ainda não compreende a centralidade desta categoria para reprodução social no capitalismo, o que só ocorreria nos anos 1850.

A consolidação da síntese teórico-metodológica propriamente marxiana ocorreria em *A Ideologia Alemã*. Nesta obra Marx e Engels realizam um acerto de contas definitivo com seu passado na filosofia clássica alemã. Aqui já comparece uma ideia central na perspectiva de Marx: para o autor, as diversas formas de ser que emergem no decorrer do desenvolvimento, ou seja, da complexificação, das sociedades humanas teria de ser explicadas através das diversas formas assumidas pela reprodução material da vida. Nota-se aqui que não se trata de uma relação de determinação direta, mas antes, de antecedência do ponto de vista histórico-concreto, ou ontológico, já que estas relações materiais são um pressuposto para existência de todas as demais. As diversas formas econômicas são como um éter particular, que molda todas as demais formas de existência social.

Este fundamento na reprodução social nas relações materiais mais imediatas mais uma vez apontaria para a economia política clássica. Assim como na crítica à filosofia do direito e do Estado de Hegel Marx procurou dialogar com a forma de consciência mais desenvolvida sobre o Estado e a política então disponível, em seu projeto da crítica da economia política o autor procurava se debruçar criticamente sobre a forma de conhecimento mais desenvolvida sobre a reprodução material da vida no capitalismo. Entretanto, nos anos 1840 Marx daria apenas seus primeiros passos nesse sentido, compreendendo os contornos gerais do problema, sem conseguir precisar especificamente o conteúdo da sociedade capitalista.

Nesta limitação tem origem aquilo que Heinrich (2007, p. 3) identificaria como empirismo em *A Ideologia Alemã* ([1845] 2007). Apesar de compreender que o trabalho era algo fundante para o ser social, Marx ainda não tinha se dado conta da centralidade do trabalho no capitalismo, assim como seu atributo específico de trabalho estranhado. Estas limitações também implicam na perspectiva sobre o Estado assumido por Marx em *O Manifesto Comunista* ([1848] 1998), algo discutido mais à frente.

Marx retomaria seus estudos de economia política clássica em 1847, em resposta ao livro publicado pouco antes por Pierre Proudhon, de título *A Filosofia da Miséria*. Em *A Miséria da Filosofia* ([1847] 1985) Marx realiza uma crítica certeira a muitos dos princípios do socialismo utópico de Proudhon. Apesar disto, é interessante notar que



mesmo crítico à Proudhon, Marx compartilhava do mesmo ponto de vista em relação ao autor sobre a teoria do valor, na medida em que ambos adotavam uma teoria do valor ricardiana.

Mesmo tendo um ponto de vista crítico sobre a teoria do valor de Ricardo, na medida em que considerava problemática a ahistoricidade e o logicismo desta, Marx ainda não conseguia nestes anos se diferenciar deste ponto de vista. Mesmo entendendo que as diversas categorias sociais deveriam ter sua gênese explicada, Marx ainda não havia precisado qual seria exatamente seu princípio explicativo, não sendo capaz de penetrar na dimensão essencial da sociedade capitalista. Assim, por mais que compreendesse a necessidade de explicar a origem e o desenvolvimento das categorias sociais, Marx ainda não era capaz de fazê-lo.

Exatamente por este motivo, em *O Manifesto Comunista* ([1848] 1998) Marx assume as principais categorias sociais como dadas, sem ser capaz de explicá-las sem que seja de um modo demasiadamente esquemático. Sem ser capaz de deduzir historicamente o Estado, e as diversas classes sociais, assim como a mediação de sua luta nas diversas instâncias políticas, Marx não tinha muito a fazer além de lançar mão daquilo que intuía. Daí resulta a concepção do Estado como algo autonomizado da sociedade, não só para a estratégia e do programa políticos presentes no *Manifesto*, como, fundamentalmente, a definição do Estado como comitê central da burguesia, uma tentativa incipiente de apontar para o caráter de classe que decorre do conteúdo capitalista do Estado.

Esta visão está na base de muitas das abordagens que reivindicaram o rótulo de teoria do Estado, ou teoria política marxista, além da visão de Engels em *A Origem da Família, da propriedade privada e do Estado*. Seu principal problema é assumir o Estado como uma categoria transhistórica, sem se preocupar com seu conteúdo específico nas sociedades capitalistas, exatamente o a teoria marxista do valor fornece. Este conteúdo só se tornaria explicável com o aprofundamento da crítica da economia política de Marx, que ocorria ao longo dos anos 1850, objeto da próxima seção.

### **O processo de produção de *O Capital*: a maturação da crítica da economia política**

Na ocasião da eclosão das revoluções de 1848, Marx se encontrava em Colônia, onde instalou o seu quartel general, no intento de trabalhar na construção de uma alternativa comunista para a revolução alemã. A revolução se espalhou pela Europa

continental rapidamente, e “em poucas semanas, nenhum governo ficou de pé em uma área da Europa que hoje é ocupada completa ou parcialmente por dez Estados” (HOBSBAWM, 2014, p. 32).

Mas como qualquer primavera, a primavera dos povos rapidamente teria seu fim, e já “nos primeiros meses, todos os governos da zona revolucionária foram derrubados ou reduzidos à impotência” (Ididem, pp. 37-38). Com a vitória da contrarrevolução na Alemanha, assim como em toda a Europa continental, Marx iria mais uma vez ao exílio, e era “já a terceira vez em sua vida, e em apenas cinco anos, que a polícia política o expulsava do país em que residia” (BUEY, 2009, p. 174). Tendo passado, não sem despertar a atenção da polícia política, pela França e pela Bélgica, desta vez iria se estabelecer em Londres, onde permaneceria pelo resto de sua vida.

Chegando a Londres no outono de 1849, Marx retomaria os estudos econômicos, dedicando-se especialmente à história econômica recente. Isto é descrito por Engels ([1895] 2012, p. 11, et seq.), que em seu prefácio à *As Lutas de Classe na França* ([1850] 2012), afirma que “a partir do primeiro semestre de 1850, Marx voltou a encontrar tempo dedicar-se a estudos econômicos e começou pela história econômica dos últimos dez anos”. Tais estudos formariam uma série de materiais datados de 1851-53, conhecidos como *Cadernos de Londres*.

Com os “estudos econômicos” destes cadernos, Marx queria compreender como a crise de 1847-48 tinha sido superada pela retomada do crescimento econômico, o que parecia adiar indefinidamente a possibilidade de uma nova revolução na Europa (PRADELLA, 2015, p. 92). Através de tais estudos, o autor confirmou o que era antes por ele intuído: primeiro, que “a crise do comércio de 1847 fora propriamente a mãe das Revoluções de Fevereiro e Março” (ENGLES, 2012, p.11); assim como “a prosperidade industrial, que gradativamente voltara a se instalar em meados de 1848 e que, em 1849 e 1850, atingiria seu pleno florescimento, constituiu a força revitalizadora que inspirou novo ânimo à reação europeia” (Ibidem, p. 11).

Estes estudos servem de base para parte dos escritos de *As Lutas de Classe na França* ([1850] 2012), e *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte* ([1852] 2012). Textos emblemáticos da obra política de Marx, estes apresentam uma análise da conjuntura política e econômica francesa ao longo dos anos 1848-52, na qual além de realizar uma crônica, muitas vezes irônica, dos acontecimentos que levam ao *coup d'état*, o autor oferece uma narrativa destes acontecimentos de acordo com o ponto de vista de seus perdedores, o proletariado francês. Apesar de fora do escopo do presente trabalho, por

se tratarem de textos políticos anteriores à formulação da teoria marxiana do valor, tais textos ilustram como os seus estudos econômicos foram motivados pelos processos políticos de seu tempo.

Marx passaria por sérios problemas materiais ao longo destes anos, e as penúrias decorrentes destas privações ceifariam a vida de três de seus filhos. Para piorar sua situação, a criada do casal, Helene Demuth, engravidaria como resultado de uma relação com Marx, o que abalaria, ao menos temporariamente, seu casamento com Jenny Von Westphalen (BUEY, 2009, p. 176). Paradoxalmente, o autor respondeu a esta situação com a intensificação de seu ritmo de estudo na biblioteca do *British Museum*, de acordo com Buey (2009, p. 175 et seq.): “A lista de livros que Marx devorou durante aqueles meses na biblioteca do Museu Britânico, com as duas mulheres grávidas em casa, é impressionante”.

Os 1850 também foram anos de afastamento da atividade política, e, mesmo que não tenha permanecido totalmente alheio aos movimentos da classe trabalhadora organizada, ao longo destes anos, Marx não teve um partido, no sentido convencional do termo. A ausência de qualquer perspectiva revolucionária levou Marx a abandonar a ideia de uma revolução permanente, adaptada de Auguste Blanqui para explicar o encadeamento entre revolução política e revolução radical. Ao mesmo tempo o autor se afastaria da Liga dos Comunistas em 1852, após provocar a sua cisão em dois grupos, um baseado em Londres, e o outro em Colônia.

Tendo abandonado a perspectiva da revolução permanente e convencido da impossibilidade de retomar o processo revolucionário, Marx acaba “sendo acusado, junto com Engels, de reacionário, literato e burguês” (Ibidem, p. 177). Pesaram na decisão de Marx comentários difamatórios de seus companheiros sobre seu relacionamento extraconjugal e a gravidez dela resultante.

A derrota do proletariado e o afastamento político marcariam o início de um novo período na vida de Marx, no qual ele dividiria seu tempo no trabalho em sua *Economia*, e na redação das contribuições para o *New York Daily Tribune*, principal justificativa para os atrasos do autor para a primeira. Apesar de escritas a contragosto, se comparadas àquelas da *Neue Rheinische Zeitung*, e fossem tratadas com certo desdém de sua parte, estas contribuições seriam fundamentais para que ele se apropriasse de temas de exemplos que comparecem em sua crítica da economia política madura (ROSDOLSKY, 2011, p. 22).

Ao longo destes primeiros anos Marx concentraria seus esforços na superação dos pontos de vista de David Ricardo, que até então, era a principal fonte da qual dispunha para tratar das questões econômicas. Muito embora a empregasse criticamente, não havia ainda por parte de Marx uma proposta teórica alternativa, em outras palavras, uma crítica da economia política, como àquela presente em *O Capital* (1988).

Isto se refletia na repetição por parte do autor de alguns dos equívocos por ele criticados em Ricardo, ou, em outras palavras, certas reminiscências ricardianas. Se por um lado, para Marx o procedimento abstrativo desistorizado de Ricardo era problemático, por outro, ele não dispunha ainda de um procedimento abstrativo alternativo, capaz de compreender de modo rigoroso a lógica da coisa. Muito embora já fosse “um investigador independente e original em economia, consciente ao mesmo tempo de sua proximidade e de sua oposição profunda a escola clássica” (Ibidem, p. 21), em certas temáticas “ele ainda não supera as concepções de Ricardo, que mais tarde reconhecera como errôneas ou parciais, como por exemplo a teoria do dinheiro ou a da renda da terra” (Ibidem, p. 21).

Deste modo, categorias que expressam as determinações do ser social, tais como produção e distribuição, mas também as classes sociais, o Estado e a política, apesar de terem sua constituição reconhecida como um processo histórico, não possuem ainda uma explicação lógica para sua formação. Este posicionamento pode ser percebido em todos os textos da obra política de Marx que antecedem a formulação de sua teoria do valor, dentre os quais o mais emblemáticos deles, sem sombra de dúvida é *O Manifesto Comunista* (1998) (HEINRICH, 2007, p. 3).

Esta perspectiva das categorias, embora considere a qualidade histórico-social de seu objeto, ainda estabelece uma relação contingente entre o procedimento lógico-abstrativo e o nível analítico da realidade concreta, na medida em que não dá conta de uma explicação lógica da sua formação. Lacera-se assim a unidade entre a legalidade histórica e o ser-precisamente-assim dos fenômenos sociais, que, nas palavras de Lukács (2011, p. 84, et seq.) “não constituem nunca antíteses metodológicas, mas, ao contrário, formam uma indivisível unidade dialética”.

Desprovido de um conhecimento preciso da formação das categorias sociais, e das leis de desenvolvimento da sociedade capitalista, o autor ainda não consegue apreender relação entre lei geral e o ser-precisamente-assim como uma unidade dialética. Deste modo, não explica em termos lógicos a gênese de categorias como Estado e política, mas, como apontam Lukács (2011, p. 82) e Heinrich (2007, p. 3) as

pressupõe. Como a gênese da forma esconde o processo de sua formação, ao toma-las como dadas, Marx assume as categorias como abstrações privadas de conceito, e, conseqüentemente, mistifica-as.

Tal mistificação evidentemente comparece em sua teoria política, tanto na relação entre Estado, política e capital, como de sua superação. Do ponto de vista da relação entre Estado e política, a primeira coisa é destacar que Marx não possui nesta época nenhuma precisão sobre uma definição para o conceito de capital. Conseqüentemente, sua relação com Estado e com a política se apresenta de modo vago através das relações de posse e propriedade, e se expressa em relações de dominação pessoais centradas na exploração.

Isto porque ao tomar as categorias como dadas, sua superação não é algo inerente a sua própria existência enquanto forma histórica-social, mas sim um dever ser moral, algo como um imperativo categórico de Kant. Para o Marx maduro, ao contrário, a superação da sociabilidade capitalista é possível porque está presente em potência no próprio desenvolvimento histórico desta sociedade, e na possibilidade assimilação de suas funções pela comunidade. Assim, antes de um imperativo, uma necessidade que se impõe de fora, a revolução é uma possibilidade histórica posta pelo próprio desenvolvimento da sociedade do capital e do ser social, notadamente, por seu caráter crescentemente socializante.

A superação destas mistificações inerentes à análise marxiana seriam superadas juntamente aos pontos de vista de Ricardo ao longo dos anos 1850, o que teria início com a crítica de sua teoria ricardiana da moeda, considerada um *turning point* no pensamento do autor. A partir desta virada Marx rejeitaria a Teoria Quantitativa da Moeda (TQM) e a teoria do comércio internacional de Ricardo. Defendida por Hume, e aperfeiçoada com um “verniz internacional” por Ricardo, esta negava a influência de fatores reais nos desequilíbrios no balanço de pagamentos das nações, que, de acordo com ele, teria origem exclusivamente monetária. Em caso de desequilíbrio, a circulação internacional de dinheiro equalizaria o valor das moedas.

No âmbito de seus estudos econômicos realizados no início dos anos 1850, aqueles voltados para a teoria monetária também estavam voltados à compreensão da crise mundial de 1847, que, de acordo com Marx, teria sido agravada pelo *Peel's Bank Act*. Decisivo para o desenvolvimento desta compreensão pelo autor foi o contato trabalho de James Stuart, *Inquiry into the Principles of Political Oeconomy*, sumariado

uma série de vezes por Marx ao longo destes cadernos (PRADELLA, 2015, p. 95), assim como os exercícios empíricos de Thomas Tooke e William Blake.

Através da obra de Stuart, Marx descobriu as leis gerais da circulação de dinheiro e suas funções. Em relação à tais funções, Marx nota que o autor identifica outras funções do dinheiro além de meio circulante, como medida do valor, meio de compra, meio de pagamento, e dinheiro mundial. Baseado nestes autores críticos da TQM, e em suas próprias considerações críticas, Marx destaca o papel dos fatores reais, como variações na produtividade, na determinação dos preços das mercadorias, conectando assim a circulação de dinheiro à esfera da produção.

Outro resquício de Ricardo superado por Marx nestes anos é a teoria da renda da terra. Estes questionamentos levaram o autor a um questionamento do sistema ricardiano da economia política como um todo. O abandono do sistema ricardiano, levaria Marx a abandonar também seu uso crítico, abrindo caminho para o florescimento de sua crítica da economia política.

A eminência de uma nova crise do comércio mundial na segunda metade dos 1850 fez com que Marx intensificasse o ritmo de trabalho em sua *Economia*, frequentemente interrompido por questões circunstanciais, no intento de fornecer à classe trabalhadora um instrumento científico de compreensão da sociedade capitalista no momento do dilúvio. Escritos nos anos de 1857-58, os *Grundrisse* (2011) são um marco na evolução teórica de Marx. Nestes rascunhos o autor trata pela primeira vez logicamente da gênese das categorias, e apresenta “os primeiros esboços da compreensão marxiana da especificidade das relações sociais instauradas pelo metabolismo do capital” (ARAUJO, 2016, p. 49).

Nos *Grundrisse* (2011) Marx adota pela primeira vez a mercadoria como ponto de partida da sua crítica da economia política. Forma elementar da riqueza no capitalismo, a mercadoria é algo bipartido: ao mesmo tempo em que possui um valor de uso que responde por suas características físico-químicas e suas diversas possibilidades de emprego encontradas historicamente, esta possui uma dimensão que responde por seu caráter intercambiável, o valor. Apesar de já compreender esta cisão, nos *Grundrisse* (2011) Marx ainda não teria se dado conta da diferença entre o valor, forma essencial, e o valor de troca, forma aparente do valor, o que só viria a acontecer em *O Capital* (1988).

Já no capítulo do dinheiro o autor apresenta o procedimento que seria por ele empregado até *O Capital*. Marx a deduz categoria dinheiro através do desenvolvimento

das tendências imanentes à forma mercadoria, já que generalização do seu polo abstrato, o valor, leva a generalização da troca e da produção de mercadorias. Este movimento inercial da forma mercadoria da origem ao dinheiro, a primeira categoria parida pela generalização do processo de troca.

Ao colocar as categorias em movimento Marx provoca propositalmente tensões em seu argumento, apontando para a necessidade da introdução de categorias mais complexas. Destaca-se assim uma ordem de antecendência, ou prioridade, ontológica entre as categorias, na medida em que a mercadoria expressa uma forma de ser logicamente-necessária a existência do dinheiro. O mesmo procedimento é empregado por Marx para deduzir o capital da existência da forma dinheiro através de seu desenvolvimento inercial.

Assim, no capítulo do dinheiro dos *Grundrisse* (2011) Marx adota este procedimento lógico-dedutivo para tratar das categorias da crítica da economia política. Este mesmo procedimento abstrativo-sistematizante influencia o tratamento dado pelo autor às categorias de sua teoria política, já que, a partir do momento em que possui um esquema lógico dedutivo, Marx consegue deduzir logicamente categorias como o Estado a política e as classes sociais de modo a estabelecer uma relação não contingente com a histórica, em outras palavras, daí em diante Marx apresenta tendência geral de desenvolvimento e ser-precisamente assim como uma unidade dialética.

Marx inclusive aplica este procedimento às categorias da sua teoria política em um fragmento do capítulo do capital intitulado *Formas que precederam a produção capitalista*, que mais tarde seria parcialmente empregado na composição do capítulo XXIV do livro I de *O Capital*. Aqui Marx explora a relação entre produção, formas de propriedade, classes sociais, Estado e política nos diversos modos de produção que precedem o capitalismo, como as comunidades clânicas e tribais, o romano-germânico e o asiático. Além disso, o autor compreende pela primeira vez o mecanismo de acumulação primitiva de capital, o que fornece uma explicação para o lugar do Estado no capitalismo, na medida em que ao mesmo tempo em que aparece como um pressuposto para sua constituição, o Estado é uma contraparte da reprodução do metabolismo do capital.

Marx também apresenta pela primeira vez nos *Grundrisse* (2011) sua perspectiva das formas abstratas de dominação características da sociabilidade capitalista. Com isso, o estatuto ontológico subjacente à sua análise finalmente atinge a especificidade da sociabilidade capitalista. O caráter estranhado que a dinâmica do

capital imprime a reprodução social molda todas as suas formas de vida como um éter particular.

O capitalismo para Marx é um sistema baseado em uma dinâmica auto-expansiva de valorização do valor que vigora independente da vontade dos homens. Esta lógica de valorização se autonomiza, constituindo-se enquanto um sujeito automático, num movimento em que o crescimento da riqueza abstrata se sobrepõe aos seres humanos, sendo, exatamente por isto, estranhada. (DUAYER E MEDEIROS, 2008, p. 156).

Esta dinâmica auto-expansiva e estranhada faz com que o capital molde e redefina frequentemente o Estado e a política no sentido de torna-los funcionais a sua reprodução. Colocando-se como um sujeito acima da humanidade, o capital opera em dois sentidos: primeiro perpassa cada vez mais profundamente o Estado e a política, o que fica patente na crescente socialização destes processos, e em segundo lugar, se coloca necessariamente para além destes elementos, colocando-se como elemento determinante. Como lembra Postone (2015), a descoberta da centralidade do estranhamento torna menos importante as relações de dominação pessoal e exploração para a inteligência da sociedade capitalista, que passa a ter neste fundamento de dominação abstrata sua característica mais notável.

Por último, sobre a relação entre *O Capital* (1988) e os *Grundrisse* (2011), é preciso considerar algumas mudanças no plano de sua crítica da economia política e a introdução de novas categorias. Sobre o primeiro ponto, há uma extensa discussão na história do marxismo sobre o sentido e a interpretação dos sucessivos esboços desta crítica, a qual não se pretende esgotar. Algo que não se pode perder de vista é que, dentre os muitos interesses e ramos do conhecimento trados circunstancialmente por Marx, a economia política era aquele abordado mais sistematicamente, contando com um planejamento (Buey, 2009, p. 183).

No primeiro plano de redação, enunciado por Marx em uma carta a Ferdinand Lassalle datada de 22 de fevereiro de 1858, a crítica da economia política esta disposta em seis livros: “1. Sobre o capital (contendo alguns capítulos introdutórios); 2. Sobre a propriedade da terra; 3. Sobre o trabalho assalariado; 4. Sobre o Estado; 5. Comércio exterior; 6. Mercado mundial” (Marx, 1858, tradução livre). Este esquema seria abandonado por Marx em 1862, quando sua crítica da economia política seria novamente reformulada, agora para plano de redação utilizado em *O Capital* (1988), que divide sua crítica da economia política em três livros, respectivamente: o processo



de produção de capital, o processo de circulação de capital e a processo global de produção.

Uma interpretação muito comum sobre a relação entre estes planos é a que equipara os três livros de *O Capital* (1988) aos três primeiros livros dos *Grundrisse* (2011). Daí se aduz que Marx, na medida em que teria deixado de escrever os livros sobre o Estado, o comércio exterior e o mercado mundial, e, conseqüentemente, que estes temas não estão presentes em sua obra magna. Rosdolsky (2011, p. 37) é um dos representantes desta interpretação.

Tomando como referência a nova edição crítica dos escritos da *Marx-Engels GesamtAusgabe* (MEGA II) Heinrich (2009, pp. 81-82) afirma que na realidade os temas tratados nos últimos três livros não teria sido excluídos da crítica da economia política, mas sim incorporados como temas à ela transversais. Deste modo, elementos como o Estado, o comércio e o mercado mundial são pressupostos do desenvolvimento inercial das categorias, apenas se encontrando abstraídos nos níveis de abstração mais elevados.

Esta reformulação, ainda de acordo com Heinrich (Ibidem, p. 81-82), teria origem no abandono da separação do tratamento do capital em geral e da concorrência, o que integra a concorrência como elemento indispensável para a existência do valor, e seja ela mesma a força movente das categorias da crítica da economia política. A partir daí:

Marx não apenas nunca mais mencionou o ‘capital em geral’, mas também evitou dizer qualquer coisa sobre seu plano original de seis livros; em ‘O capital’ ele apenas menciona ‘investigações especiais’ que se encontram fora do escopo de ‘O capital’. Este escopo foi definido de forma a apresentar ‘a organização interna do modo de produção capitalista, sua média ideal’ (HEINRICH, 2009, p. 82).

Ou seja, com a maturação de sua crítica em *O Capital* (1988) Marx elabora um procedimento definitivo para tratar da sociedade capitalista tanto nos níveis mais concretos, tanto no que tange a suas determinações mais abstratas.

Nesse sentido, cabe também lembrar, conforme dito anteriormente, que Marx ainda não havia neste momento compreendido a distinção entre valor e valor troca, frequentemente se confundindo com elas nos *Grundrisse* (2011). Este ponto seria aperfeiçoado por Marx em o *O Capital* (1988). Além disso, o autor estabeleceria distinções cruciais, como entre preço e valor da força de trabalho e a própria ideia de força de trabalho como capacidade de produção em potência, e a noção de mais-valor

relativa, aumento na extração de mais-valor decorrente da diminuição do tempo de trabalho necessário à manutenção do trabalhador.

Estas distinções, sobretudo a introdução da categoria de mais-valor relativo, influencia os processos políticos e estatais, na medida em que permite aparentes ganhos da classe trabalhadora, com aumento da taxa de mais-valor, algo favorável aos capitalistas.

### **A teoria política do Marx maduro e a especificidade do Estado capitalista**

Tendo tomado conhecimento dos pontos fundamentais e da construção da teoria marxiana do valor, esta seção pretende discutir a teoria política do Marx maduro a luz destes pontos, tomando dois textos como referência: *A Guerra Civil na França* (2011) e *Crítica do Programa de Gotha* (2012).

Em primeiro lugar é preciso recuperar que, após cerca de doze anos de afastamento, Marx retornaria a atividade política em 1864, com a fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT). Trabalhando como correspondente da AIT, Marx viria a redigir três notas para a organização, nas quais narra a guerra franco-prussiana e a revolução proclamada pelo proletariado a partir da vacância do governo em Paris, a experiência da Comuna de Paris. Estas mensagens três mensagens integram o material que viria a ser conhecido como *A Guerra Civil na França* (2011b).

Nestes materiais, mais que uma crônica histórica da breve existência da comuna, que durou apenas 72 até ser debelada pelas tropas prussianas e francesas, Marx apresenta importantes passagens nas quais vocaliza os principais traços da teoria do Estado em sua maturidade. Isto porque, além das mensagens escritas para a AIT, foram elaborados uma série de rascunhos, monografias temáticas mais ou menos fragmentárias que seria empregadas na redação do texto final. Nestas monografias Marx desenvolve alguns pontos de sua teoria do Estado.

Em uma destas monografias, intitulada *O Caráter da Comuna*, “Marx faz a determinação da natureza do Estado moderno, sumariando sua gênese histórica” (Chasin, 2012, p. 58). O conhecimento da gênese lógica das categorias que expressam a sociabilidade capitalista, e seu estatuto ontológico constituído sobre a centralidade do estranhamento são os fatores que permitem ao autor avançar em sua análise do Estado, superando as abstrações privadas de conceito características de sua teoria política anterior a teoria do valor.

Marx (2011b, p. 125, et seq.) define o Estado moderno como uma “máquina estatal centralizada”, surgida a partir dos resquícios do Estado feudal. Na medida e que a burguesia foi:

forçada a desenvolver aquilo que a monarquia absoluta começara: a centralização e organização do poder do Estado e a expandir a circunferência e os atributos do poder estatal, o número de seus instrumentos, sua independência e seu poder sobrenatural sobre a sociedade real, poder que, de fato tomou o lugar do céu sobrenatural medieval e seus santos (Ibidem, p. 25)

Deste modo o que a burguesia fez no decurso de seu desenvolvimento histórico foi apenas aperfeiçoar a maquinaria estatal, mas o fez não como um desígnio de sua vontade, mas como uma necessidade para garantir sua existência social. Esta maquinaria atingiria seu pleno desenvolvimento, de acordo com Marx, sob o poder do primeiro Bonaparte.

Percebe-se também na expansão da “circunferência dos atributos do poder estatal”, ou seja, no crescimento do raio de ação do Estado, a articulação entre a reprodução do capital enquanto um processo crescentemente social, e o aumento da própria socialidade do Estado. Esta socialidade cresce “na mesma medida em que a divisão do trabalho dentro da sociedade civil cria novos grupos de interesse” (Ibidem, p. 126). Deste modo, assim como as demais categorias da crítica da economia política de Marx o Estado é apresentado como algo crescentemente social.

A comuna, por sua vez, não era a uma revolução contra esta ou aquela forma de Estado, mas uma revolução contra o Estado em si. Isto porque o proletariado não pode “simplesmente se apossar da máquina do Estado tal como ela se apresenta e dela servir-se para seus próprios fins” (ibidem, p. 54). A comuna era “a reabsorção, pela sociedade, pelas próprias massas populares, do poder estatal como suas próprias forças vitais em vez de forças que a controlam e subjugam, constituindo sua própria força em vez da força organizada de sua supressão” (Ibidem, p. 129). Forma política da emancipação humana, a comuna serviria como forma de solução do conflito entre as classes ao longo do processo de transição.

## **Referências Bibliográficas**

ALTHUSSER, L. *Por Marx*. Campinas: Editora Unicamp, [1965] 2015.

- ARAÚJO, P. H. *Marx: capital, Estado e política*. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, nº 43, pp. 37-62.
- BUEY, F. *Marx (sem ismos)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- CHASIN, J. *A ontonegatividade da politicidade*. Revista Verinócio, nº 15, ano VIII, ago./2012, pp. 42-59.
- DUAYER, M.; MEDEIROS, J. L. *Marx, estranhamento e emancipação: o caráter subordinado da categoria da exploração na análise marxiana da sociedade do capital*. In: NEVES, R. (org.) *Coleção Niep Marx – Vol. 1: trabalho, estranhamento e emancipação*. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.
- ENDERLE, R. *Apresentação*. IN: MARX, K. *A Guerra Civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011b.
- ENGELS, F. *Prefácio [ao As Lutas de Classe na França de 1848 a 1850, de Karl Marx]* In: MARX, K. *As Lutas de Classe na França*. São Paulo: Boitempo, [1895] 2012.
- HEINRICH, M. *Marxist Theory of State after Grundrisse and Capital*.  
 \_\_\_\_\_. *Reconstruction or Deconstruction? Methodological Controversies about Value and Capital, and New Insights from the Critical Edition*. In: BELLOFIORE, R.; FINESCHI, R. *Re-reading Marx: New Perspectives after the Critical Edition*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009.
- LENIN, V. *Cadernos Sobre a Dialética*, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.
- LUKÁCS, G. *A Ontologia do Ser Social*. São Paulo: Boitempo, 2012.  
 \_\_\_\_\_. *O processo de redemocratização*. In: LUKÁCS, G. *Socialismo e democratização: escritos políticos 1856-71*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.
- MARX, K. *Crítica à filosofia do direito de Hegel – Introdução*. São Paulo: Boitempo, [1844] 2010.  
 \_\_\_\_\_. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo, [1844] 2015.  
 \_\_\_\_\_. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, [1844] 2010b.  
 \_\_\_\_\_. *A ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, [1845] 2011.  
 \_\_\_\_\_. *A miséria da filosofia*. Rio de Janeiro: Global, [1847] 1985.  
 \_\_\_\_\_. *O Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, [1848] 2010c.  
 \_\_\_\_\_. *As lutas de classe na França*. São Paulo: Boitempo, [1850] 2012.  
 \_\_\_\_\_. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo. [1852] 2012b.

- \_\_\_\_\_. *Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-58. Esboços da crítica da economia política*. Rio de Janeiro e São Paulo: Editora UFRJ; Boitempo, [1859] 2011.
- \_\_\_\_\_. *O Capital: crítica da economia política – Livro I: o processo de produção de capital*. São Paulo: Abril Cultural, [1867] 1988.
- \_\_\_\_\_. *O Capital: crítica da economia política – Livro II: o processo de circulação do capital*. São Paulo: Boitempo, [1885] 2014.
- \_\_\_\_\_. *O Capital: crítica da economia política – Livro III: o processo de reprodução global do capital*. São Paulo: Boitempo, [1894] 2017..
- \_\_\_\_\_. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- \_\_\_\_\_. *A Guerra Civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011b.
- \_\_\_\_\_. *Crítica ao Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- PRADELLA, L. *Globalisation and the Critique of Political Economy: new insights from Marx's writings*. London: Routledge, 2015.
- POSTONE, M. *Tempo, Trabalho e Dominação Social*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- RIAZANOV, D. *La vida e el pensamiento revolucionário de Marx y Engels*. México DF: Oceansur, [1922] 2012.
- ROSDOLSKY, R. *Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: EDUERJ e Contraponto, [1968] 2001.